

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DO ANO DE 1991
COM PERSPECTIVA ATÉ 2020**

**MARIA APARECIDA DE FREITAS BARBOSA
RODISON CORREA DE BEM
SINDY RAQUEL BRASIL COSTA**

ANÁPOLIS-GO

2013

**MARIA APARECIDA DE FREITAS BARBOSA
RODISON CORREA DE BEM
SINDY RAQUEL BRASIL COSTA**

**A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DO ANO 1991 COM
PERSPECTIVA ATÉ 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária sob a orientação da professora MS. Joicy Mara Rezende Rolindo.

**ANÁPOLIS-GO
2013**

MARIA APARECIDA DE FREITAS BARBOSA

RODISON CORREA DE BEM

SINDY RAQUEL BRASIL COSTA

**A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DO ANO 1991 COM
PERSPECTIVA ATÉ 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária.

Anápolis-GO, 30 de novembro de 2013

BANCA EXAMINADORANOTA

.....

Prof^a. Ma. Joicy Mara Rezende Rolindo - FCA

Orientadora

.....

Prof.Me. Leonardo Rodrigues de Souza

Convidado

.....

Prof^a. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel

Convidada

DEDICATÓRIA

Dedicamos à nossa amada família,
Pela paciência e entendimento,
Por permanecerem ao nosso lado,
Pelo companheirismo, respeito e incentivo,
Que sempre nos dedicaram,
Pelo amor, carinho e cumplicidade,
Pela compreensão, por nossa indisponibilidade
Sempre presente em todos os momentos,
Em nossas vidas, sacrificando,
Com Carinho, afeto e respeito,
Para que pudéssemos realizar nossos,
Sonhos, desejos e projetos,
Dedicamos a eles este nosso trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por ter nos mantido, serenos e dispostos a aceitar tudo aquilo que não pode e não deve ser mudado, por dar-me forças para mudar o que pode e deve ser mudado, mas acima de tudo, por dar-me sabedoria e discernimento para distinguir uma coisa da outra.

Aos nossos queridos pais, tanto aqueles que ainda nos presenteiam com suas presenças querida, quanto aqueles que nos deixaram para ir morar com Deus, agradecemos os por terem nos ensinado a permanecer no caminho do bem, a perseverar e não desistir nunca dos nossos sonhos e projetos, por mais difíceis que fossem, de um jeito muito especial que só os pais sabem incentivar.

Aos nossos também queridos e admirados professores, representado aqui na pessoa da professora, orientadora mestra Joicy Mara Rezende Rolindo, em quem nos espelhamos como modelo de ética e dedicação.

E por fim, mas não menos importante a todos os funcionários desta plena e promissora instituição da qual me orgulho de ter em meu curriculum, na pessoa da professora e Mestra Adriana Rocha Vilela Arantes.

*“Educar é viajar no mundo do outro,
sem nunca penetrar nele. É usar o que
passamos para transformar no que somos.
(Maria, a maior educadora da História)”*

Augusto Cury

RESUMO

A presente monografia analisou a reforma do ensino superior no Brasil entre os anos 1991 a 2020. Fez-se uma abordagem histórica, anterior ao período, bem como do período que compreende o presente trabalho. Num segundo momento foram tratadas as inovações presentes no seu contexto, prosseguindo com comentários que retratam a perspectiva do ensino superior e as consequências das políticas educacionais com suas características durante aos pleitos políticos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, bem como da atual presidente Dilma Rousseff. Fez-se ainda uma abordagem especificamente sobre formação de docentes que atuam e atuarão nos cursos tecnólogos, graduação e pós-graduação. Analisou-se também a educação superior brasileira, bem como as Universidades dentro das políticas de educação básica no marco do plano nacional de educação – PNE 2011-2020. Finalmente, os possíveis resultados positivos e negativos, obtidos através dos estudos dos referidos programas, deixando enfim ao leitor da presente monografia, subsídios para fundamentar sua opinião sobre o tema exposto.

PALAVRA-CHAVE: Fator histórico – Evolução da educação superior – Perspectivas do ensino superior, plano nacional de educação.

ABSTRACT

This monograph examined the reform of higher education in Brazil between the years 1991-2020. One period before the historical approach will be taken, and the period covered by this study. Secondly, innovations were treated in the present context, continuing reviews that depict the perspective of higher education and the consequences of educational policies with their characteristics during the political elections of former presidents Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, as well as the current president Dilma Rousseff. Still made an approach specifically on teacher training in acting and will act technologists, undergraduate and postgraduate courses. Also analyzed the Brazilian higher education and universities within the policies of basic education within the national education plan - PNE 2011-2020. Finally, the possible positive and negative results obtained from the studies of such programs, and finally to the reader of this monograph, leaving subsidies to support its opinion on the above theme.

KEYWORD: Historical Factor - Evolution of higher education - Perspectives of higher education, national education plan.

METODOLOGIA

A palavra metodologia é formada por duas palavras: sendo que a primeira palavra “methodo” tem o significado de caminho, e a segunda palavra “logia” tem o significado entre outras palavras a de estudo e ambas derivam da língua grega. Dessa feita, o significado lógico para palavra metodologia é o caminho a ser trilhado para atingir um objetivo.

Na presente pesquisa, o método é a ordenação sistemática de um processo dividido em etapas, as quais deverão ser cumpridas de forma sistemática buscando atingir um determinado ponto.

Nesse caso, em específico o método utilizado para projetar e concluir essa monografia foi o de compilação ou o bibliográfico, que consistiu na pesquisa e consequente citação de pensamentos e publicações vários autores que escreveram sobre o tema. Foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, utilizou-se como apoio e base contribuições de diversos autores sobre o tema, e as devidas consultas deram-se por pesquisas e estudos em sites oficiais, livros e artigos publicados em revistas científica.

Para atingir o objetivo almejado, foram observadas e respeitadas as etapas necessárias para obter êxito ao elaborar uma pesquisa bibliográfica, por exemplo: a escolha do tema e sua delimitação; a seleção de material a ser pesquisado; a identificação das obras; a leitura; o fichamento; a análise e a interpretação dos textos e enfim a redação final, que fora submetida a rigorosas revisões, correções e crítica, a qual não manteve apenas a correção da sintaxe, mas também do vocabulário, e também e especialmente na disposição coerente das ideias e finalmente da apresentação das posições, teorias e esclarecimento os quais foram efetuados da forma mais adequada e satisfatória possível.

Vale ressaltar, que os autores buscaram pesquisar o maior número de obras publicadas sobre o tema que foi possível, visando dessa feita organizar e atingir as mais variadas opiniões, expondo-as de maneira lógica, visando assim harmoniza-las mesmo quando mostravam-se divergentes, buscando expressa-las por seus pontos de vista no mesmo norte.

JUSTIFICATIVA

A presente monografia justifica-se, pelo fato de a reforma do ensino superior brasileiro ser um tema muito pesquisado e debatido na atualidade, ainda exige especial atenção do poder público e da sociedade em geral, a questão em foco exige também um estudo minucioso, especialmente porque conforme relato datado de em 2011 segundo o Federal Bureau of Investigation (FBI) e a Central de Inteligência Americana (CIA), que o Brasil era a 7ª maior economia mundial (STEINER, 2006).

E pelas dimensões continentais do território brasileiro, e a sua população passar de 190 milhões, dados obtidos pelo Censo 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e especialmente por ser considerado um país de economia estável, enquanto que a economia de outros tantos não são assim tão promissoras, a exemplo da pesada crise na América do Norte, e que também atingiu quase todos os países da Europa, faz com que os grandes investidores internacionais levem seus capitais para serem investidos onde ocorram menor risco, e o local do momento é o Brasil (STEINER, 2006).

Dessa feita, na busca de atender a demanda e colocar no mercado profissionais capacitados, que atendam as necessidades diversas, e suprir as lacunas existentes as Instituições de Ensino Superior (IES), tanto da administração pública quanto a da administração privada, procuram obrigatoriamente criar novos cursos, e abrirem novas vagas. Mas tudo isso sem deixar de vislumbrar o que determina o Plano Nacional de Educação (PNE) (STEINER, 2006).

E para finalizar a presente pesquisa monográfica, visa colaborar, ainda que modestamente, para a melhor compreensão das reais necessidades vigentes e conseqüentemente analisar como ocorreu a reforma do ensino superior no Brasil desde o fim da repressão militar e entender como será possível atingir aos 10 milhões de matrículas no ano de 2020.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 LINHA HISTÓRICA – O INÍCIO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, SEU DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL.	14
1.1 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS	14
1.2 DA REPÚBLICA AO MODELO USP	15
1.3 A GRANDE EXPANSÃO DAS DÉCADAS SEGUINTE ATÉ 1991	16
1.4 DO GOVERNO FHC AO GOVERNO DILMA	17
2 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNOS FHC, LULA E DILMA	21
2.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	21
2.2 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LUIS INÁCIO LULA DA SILVA	23
2.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF	24
2.4 DADOS DO CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL PERSPECTIVA ATÉ 2020	25
3 PERSPECTIVA DO ENSINO SUPERIOR E CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	26
3.1 FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA ATUAREM NOS CURSOS TECNÓLOGOS, GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO.....	26
3.2 A AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: CONCEPÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE	30
3.3 UNIVERSIDADE E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MARCO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2011-2020.....	31
3.3.1 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	32
3.3.2 INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	35
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Diferentemente dos outros Países Americanos, o Brasil foi colonizado por Portugueses, que tinham na colônia somente os objetivos de exploração, defesa e expansão de sua corrida marítima por novos comércios e riquezas. Em contrapartida aos demais países que tiveram predominantemente, com algumas exceções, uma colonização de “povoação”, moradia, os exploradores da colônia não se importaram com o desenvolvimento. Um dos aspectos desse descaso foi o início da Educação Superior no Brasil aproximadamente 300 anos depois das Américas inglesa e espanhola.

No império, seguia-se a lógica “Maquiavélica” de afastar o povo do conhecimento para melhor se sobrepôr a ele. Porém, com o avanço Napoleônico, e a mudança da coroa para sua colônia, a aristocracia necessitava de ter seus filhos estudando para a manutenção do poder, nas mãos de poucos, sobre os “ignorantes” locais. Nesse panorama social, surgem às primeiras experiências do Ensino Superior no Brasil, desde sua gênese, viciado na elitização. Ainda segundo artigo “História do Ensino Superior” de Souza em a Pioneira Ciências Sociais:

Isolado e profissionalizante - Por esse passado, o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão.

Já no período da República, em sua Constituição de 1891, temos a menção, ainda que modesto, do Ensino Superior, vinculado à universidade. Em 1912 houve a experiência da criação da Universidade do Paraná, porém a mesma fechou as portas em apenas três anos.

Somente em 1920, com o decreto nº 14.343 de 7 de Setembro de 1920, institui-se a Universidade do Rio de Janeiro. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) formava-se com a junção de algumas instituições de Ensino Superior, conforme o artigo 1º do referido citado em que reza:

Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização.

Com o surgimento da Universidade de São Paulo(USP), o modelo trazido pela mesma, baseado em ensino, pesquisa e extensão, serve de padrão de excelência a ser buscado até a atualidade.

Ao longo da história, o desenvolvimento do Brasil sempre esbarrou em várias circunstâncias, e uma delas, sem dúvida, foi a falta de uma preocupação, deliberada, de investirmos na educação como um todo, pois a educação liberta e faz questionar, tudo que a elite política, seja no império, seja na república, passando pelo estado novo, chegando a ditadura militar até os dias de hoje com a democracia, não gostaria que acontecesse.

Na educação superior não foi diferente, uma vez que a mesma foi marcada fortemente pela elitização de seus quadros mesmo naquelas que eram públicas, pois seus vestibulares eram tão difíceis que os alunos oriundos da escola pública dificilmente angariavam êxito, ensejando cada vez mais a realidade de que os alunos oriundos das escolas particulares, com boa educação estudavam nas melhores faculdades públicas, já os alunos oriundos de escolas públicas se obrigavam a exercer dupla jornada, trabalhar durante o dia para sobreviver e pagar uma faculdade particular à noite. Quando isso não fosse possível, a formação no segundo grau era o limite, o que impossibilitava a ascensão intelectual, profissional e por consequência social desse, criando verdadeiros sistemas de castas.

Porém, mesmo observando esse fenômeno em nossos dias, com o advento da Constituição de 1988, tivemos algumas mudanças significativas, ora porque precisava apresentar números ao banco mundial e a comunidade internacional, ora por movimentos internos na educação que desenvolveram e apoiaram uma série de políticas públicas inclusivas que tem saído aos poucos do papel, possibilitando o ingresso de alunos das mais diversas classes sócias no ensino superior dentre esses programas, Programa Universidade Para todos (PROUNI), Financiamento Estudantil (FIES), Exame Nacional do Ensino Médio(ENEM), Sistema de Seleção Unificada(SISU). Em contrapartida foram implementados mais mecanismos de controle mais efetivo sobre as instituições particulares, para que essa inclusão seja com qualidade.

As mudanças ainda são tímidas, porém está andando rumo à busca de uma educação pública e de qualidade, nos moldes da Constituição Federal, como uma cláusula “Pétrea” acessível a todos, sem distinção de classe, raça ou sexo.

É de suma importância compreender que as políticas públicas é um tema atual e de extrema relevância pois trata da educação brasileira no todo, desde a educação básica à universidade, vez que trata das crises no que se refere à qualidade destas entidades de ensino. Para tanto deve ser mantida real atenção no que refere-se ao fortalecimento dos programas de

Para tanto deve ser mantida real atenção no que refere se ao fortalecimento dos programas de licenciatura bem como na atenção à especialização dessa feita deve-se atentar para a qualidade na formação do profissional de educação (CUNHA, 2012).

Na década de noventa no século passado, a avaliação da educação básica no Brasil começou a ser realizada com regularidade, essa avaliação que teve início no âmbito nacional, passou a ter também a avaliação internacional e o resultado dessa avaliação passou a ter uma consciência geral de que deveria ser implementadas medidas que assegurassem padrões considerados aceitáveis em comparação à avaliações feitas em outros países, e os resultados obtidos eram considerados insatisfatórios, e em decorrência da pressão pública que aumentou surgiu a necessidade de políticas sérias e também compromissadas por parte de investimento financeiro, vez que o que era até então investido em educação não supria a demanda (CUNHA, 2012).

Por sua vez, os inúmeros estudos feitos combinado com as frequentes denúncias da imprensa com relação à insatisfatória qualidade da Educação Brasileira, somada a pressão dos movimentos sociais impulsionados pela Constituição Cidadã ou CF/1988, figuraram de forma significativa para que se começasse a ter o foco na política educacional brasileira (CUNHA, 2012).

E assim surgiu no horizonte político o primeiro Painel do Fórum e este foi dedicado ao tema da Universidade e Políticas de Educação no Marco do Plano Nacional de Educação (PNE). E este encontra se em fase de tramitação no Congresso Nacional, visando assim a identificar os pontos importantes para a nova posição da universidade em relação à educação básica (CUNHA, 2012).

1. LINHA HISTÓRICA – O ENSINO SUPERIOR ANTES E PÓS REFORMA DE 1995

É amplamente aceitável que existam duas formas básicas de colonização: a colonização de exploração e a de habitação. Também é amplamente aceito pelos historiadores que o Brasil não fora colonizado para que os portugueses viessem aqui habitar, mas sim, porque quando aqui aportaram pensavam estarem em outro lugar, nas índias, e depois de terem descoberto o Brasil, tiveram aqui somente interesses comerciais, seja pela exploração de nossas riquezas naturais, seja pelo ponto estratégico, seja pelos valores aqui posteriormente arrecadados com impostos e taxas. Dessa forma, qualquer interesse dos portugueses no desenvolvimento do Brasil somente se deu após a família imperial ser obrigada, na ocasião do avanço das tropas de Napoleão, a abandonar Portugal e vir se refugiar na então colônia(SOUZA, 2008).

. Diferentemente das Américas Espanhola e Inglesa, que tiveram acesso ao Ensino Superior já no período colonial, a coroa portuguesa não queria o surgimento de uma colônia com pessoas instruídas e cabeças pensantes que colocassem em risco seu domínio, diante desse quadro o Brasil teve que esperar o final do século XIX, após o desembarque da família imperial, para ver surgir as primeiras instituições culturais e científicas desse nível, já a primeira universidade surgiu somente em 1912. Ainda segundo artigo “História do Ensino Superior”, Os filhos da elite colonial precisavam se deslocar até a Europa para estudarem. Durante 300 anos, o único ensino era realizado pelos Jesuítas em suas catequeses religiosas (SOUZA, 2008).

1.1 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

Com o avanço das tropas de Napoleão sobre a Europa, não era mais seguro aos senhores coloniais enviarem seus filhos para estudarem. Aliado a isso, o fato da coroa portuguesa mudar-se para a colônia contribuiu para o surgimento das primeiras unidades educacionais superiores no Brasil, por Geralda Alves e Cinthia Pascueto que escrevem:

Entre as medidas imediatas para o desenvolvimento do Brasil, que se torna Reino Unido de Portugal e Algarves, D. João VI cria a Faculdade de Medicina da Bahia em fevereiro de 1808, durante sua rápida passagem pela região, e em novembro do mesmo ano funda a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, logo após a sua chegada.

Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria na Escola Politécnica; o Decreto de 23/2/1808, que instituiu uma cadeira de Ciência Econômica; e o Decreto de 12/10/1820, que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes (ALVES, 2008).

Devido aos bloqueios de Napoleão, a Educação Superior Brasileira foi criada basicamente para atender a elite aristocrática, em pontos isolados e para fins que atendessem aos desejos da corte, ou seja, isolado e profissionalizante.

Essas características respingaram ao longo da história da formação da Educação Superior no Brasil. Para quem gosta de um discurso de esquerda, a educação superior no Brasil nasceu viciada em sua origem, elitista e comercial, já que foi criada para atender aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, naquilo que eles queriam, para que depois pudessem ocupar lugares de poder na própria coroa. Isolado e profissionalizante, segundo artigo de Souza, em a Pioneira Ciências Sociais traz:

Por esse passado, o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão. O fato dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático - engenharia militar e medicina - e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão marcadas em nosso sistema.

Ainda, segundo Souza:

Mesmo no século XIX, a partir da Proclamação da Independência, há um crescimento de escolas superiores no país, mas sempre no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil surgiram, como o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II; o de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia; entre outras. Mas nenhuma saiu do papel.

Isso mostra de uma forma clara, que, mesmo com algumas ações isoladas, o começo de Educação Superior no Brasil careceu de um planejamento efetivo, de uma estruturação, onde fossem analisadas as necessidades, bem como o alcance amplo e irrestrito que essa educação daria, e um planejamento para que a mesma pudesse alcançar a todos Estados da Federação, ocasionando assim, a possibilidade do desenvolvimento dos entes federados, de uma forma homogênea, diminuindo dessa feita as desigualdades.

1.2 DA REPÚBLICA AO MODELO USP

Já no período da República, em sua Constituição de 1891, temos a menção, ainda que modesto, do Ensino Superior, vinculado à universidade. Em 1912 houve a experiência da

criação da Universidade do Paraná, porém a mesma fechou as portas em apenas três anos (SOUZA, 2008).

Somente em 1920, com o decreto nº 14.343 de 7 de Setembro de 1920, instituiu-se a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). A URJ formava-se com a junção de algumas instituições de Ensino Superior, conforme o artigo 1º que reza:

Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização.

Um modelo surgiu a partir da Universidade de São Paulo(USP), que, segundo Paulo Nathanael P. Souza em A Educação no Brasil "Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro" - Pioneira Ciências Sociais, cita:

A USP reuniu os cursos superiores existentes no estado, tendo como enlace não a Reitoria ou mecanismos administrativos, mas a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, que seria a instituição de saber fundamental em todas as áreas do conhecimento humano e compensaria o isolamento das faculdades preexistentes, que existiam independentes tanto física quanto academicamente. A Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras viria integrar em uma base comum os ensinamentos de diversas áreas do saber, sendo a porta de entrada em qualquer dos outros cursos profissionalizantes. Além disso, a proposta da USP baseava-se em três vertentes, características da universidade moderna: ensino, pesquisa e extensão.

Esse modelo, amplamente aceito, é buscado como meta pelas Universidades Modernas, no desenvolvimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, para que estas possam ser relevantes nos ambientes onde estão inseridas, e alcancem excelência no ensino.

1.3A GRANDE EXPANSÃO DAS DÉCADAS SEGUINTE ATÉ 1991

Entre as décadas de 1950 e 1970 foram criadas, em vários estados, diversas Universidades públicas Federais, Estaduais e particulares, descentralização essa que foi acompanhada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em vigor a partir de 1961 (ALVES; PASCUETO 2008).

A reforma de 1968 teve papel fundamental para a mudança e expansão para o modelo

A reforma promulgada pelo Governo Federal em 1968 correspondia a uma versão conservadora do projeto proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, que incorporava muitas das novas ideias do movimento docente e estudantil. Foi, por isso mesmo, extensa e profunda. Entre outras medidas, ela:

- 1) Aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa.
- 2) Implantou o sistema de institutos básicos.
- 3) Estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante.

4) Decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade.

5) Estabeleceu o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e universidades responsáveis por um currículo.

A explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos 70. Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha (SOUZA, 2008).

Essa abertura aliada a incapacidade de oferta de vagas por parte do governo e sem que houvesse um acompanhamento e fiscalização Governamental teve como consequência uma “explosão” indiscriminada das instituições de ensino superior, causando uma corrida mercantilista, onde Instituições sem o mínimo de estrutura ou “vocaçãõ” abriram cursos somente com a visão de “mercado”, ao contrário do que prega a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, Lei nº 5.540/68 (VADE MECUM, 2013).

Por fim, a CF/88 foi o mais importante marco para a educação brasileira. Nela, está garantida a educação de qualidade para todos, como dever do Estado, e com igualdade de condições de acesso e permanência, devendo comungar alunos de todas as origens, credos, gêneros e etnias obtiveram a garantia de acesso ao ensino público (VADE MECUM, 2013).

1.4 DO GOVERNO FHC AO GOVERNO DILMA

Do início da década de 90 até dias atuais grandes mudanças aconteceram no ensino superior brasileiro, seja na parte pedagógica, seja na parte de estrutura das IES, seja na acessibilidade das pessoas a essa rede.

A rede privada cada vez mais tem encontrado espaço nesse cenário, pois os governos de uma forma geral não conseguem atender a demanda cada vez mais crescente em uma sociedade que apresenta certo crescimento e ascensão social e econômica de um grupo cada vez maior de pessoas, e por consequência, com um número cada vez maior de matrículas nesse Ensino Superior.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a aprovação da LDB, em dezembro de 1996, possibilitou que variados tipos de Instituições de Ensino Superior (IES) fossem admitidos, as Universidades, os Centros Universitários e as Faculdades. A Universidade foi definida como a instituição que abarcasse ensino e pesquisa, porém, segundo a Professora Viviana Aparecida de Lima da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/CAMPINAS), membro da diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas (Sinpro/Campinas), presidente da Apropucc e doutora em saúde do trabalhador pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizadora de uma densa pesquisa que pode contribuir para traçar um mapa da Educação Superior no Brasil (SANTOS, CERQUEIRA, 2009).

O predomínio do setor privado no Ensino Superior é total, contando atualmente com 2141 IES, quase 90% do setor. As instituições públicas são 257, apenas 10,72% do total. Na distribuição entre os tipos de instituições, existe um equilíbrio apenas entre as Universidades, que são hoje 86 privadas (48,58%) e 91 públicas (51,41%). Já nos Centros Universitários, a participação do setor privado é de 77,2% (143 IES), em relação a 22,70% (42 IES) do setor público. O desequilíbrio aumenta ainda mais quando se trata das Faculdades: as privadas são 1912 (93,91%) contra 124 públicas (6,09%) (LIMA, 2007).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior depois de serem avaliadas, além de determinar a periodicidade da avaliação para renovação para o reconhecimento dos cursos superiores. Se para as instituições públicas pouco ou nada afetou a implantação da nova Lei, para o setor privado representou uma ameaça de perda de status e autonomia (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Neste contexto, criou-se o Exame Nacional dos Cursos, o conhecido Provão, que, a princípio, encontrou fortes resistências entre as instituições privadas e de alunos e professores do setor público. Nos mandatos de FHC também foram criadas as principais políticas direcionadas para o ensino superior: a pulverização legal e de ações, ou seja, conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação; criação do Enem, uma opção ao remoto modelo de vestibular criado no início do século passado; ampliação do poder docente na gestão universitária, a contragosto de discentes e de técnico-administrativos; reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições; gestação de um sistema de avaliação

da educação superior e o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Após a aprovação da Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que instituía o famoso “sistema cotas”, com a saída de Cristovam Buarque, o governo empossa no Ministério da Educação e Cultura(MEC), Tarso Genro, hoje Governador do Rio Grande do Sul, na época, homem forte do Presidente Lula, assumindo como prioridade a tão esperada Reforma Universitária (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Assim como seu antecessor Tarso Genro teve uma curta passagem, e claro, não conseguiu a tão esperada reforma, porém entre meio a audiências públicas, reuniões, houveram alguns avanços, como por exemplo, a política de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas instituições públicas de ensino superior. Conseguiu ainda criar por meio de Medida Provisória, o Programa Universidade Para Todos (ProUni) (SANTOS, CERQUEIRA, 2009)

Ainda com Genro no MEC, Haddad chegou ao Ministério no início de 2004. Juntos finalizaram o anteprojeto da Reforma Universitária, este já como Ministro, assumiu diante de uma agenda de quatro itens prioritários: 1) alfabetização com inclusão, 2) reforma do ensino superior, 3) reorganização do ensino técnico e 4) aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Segundo Dos Santos e De Cerqueira, (“ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes”, apresentado no IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul em 2009).

Haddad deixa o Ministério da Educação, em meio à comoção da agora Presidente Dilma, assumindo a Prefeitura de São Paulo. Com a saída de Haddad o então Senador Aloísio Mercadante assume dando continuidade das políticas em curso e implementação de novas políticas.

Recentemente o Ministério da Educação vinculou duas matérias que descrevem a situação da educação superior no Brasil e possíveis rumos que a mesma deve tomar.

A primeira se refere à Educação a Distância (EAD) e a ampla expansão desta, conforme Mariana Tokarnia, repórter da Agência Brasil, que traz dados do MEC:

Brasília - A educação a distância (EAD) cresceu mais que a educação presencial de 2011 a 2012. Em um ano, houve um aumento de 12,2% nas matrículas da EAD, enquanto a educação presencial teve um aumento de 3,1%. Apesar do crescimento, o

ensino a distância ainda representa 15,8% das matrículas. Os dados são do Censo da Educação Superior de 2012, divulgados hoje (17) pelo Ministério da Educação (MEC).

Segundo os dados citados, apresenta um termômetro do que deverá, possivelmente, ser o futuro da Educação Superior, tendo a EAD como uma possível ferramenta para possibilitar o acesso mais democrático aos bancos das Faculdades, talvez ainda não como devesse, porém já é um avanço.

Outro fenômeno importante, diz respeito ao crescimento das matrículas no Ensino Superior, segundo matéria do dia 17 de setembro de 2013, o Ministro da Educação Aloizio Mercadante divulgou os últimos números do Censo, onde a pesquisa aponta aumento de 4,4% onde as matrículas superam 7 milhões. Segundo o Ministro da Educação:

“Estamos em um sistema em forte expansão, com mais ingressantes que concluintes”, observou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ao apresentar os dados gerais do Censo da Educação Superior, durante entrevista coletiva concedida no MEC. “Não é tarefa fácil assegurar qualidade da expansão de acordo com a demanda por vagas. Temos um compromisso no MEC de assegurar a qualidade do ensino superior”.

Diante de todo histórico é claro o avanço, ao longo das décadas em conta gotas, porém mais acentuadas após a Constituição Federal, de 1988, da oferta de vagas e da inclusão, cada vez mais, de pessoas no Ensino Superior no Brasil. Sabendo também do trabalho de reverter séculos de descaso, o País está no caminho de uma ampla e inclusiva reforma na Educação Brasileira, da educação básica a superior, onde realmente a educação seja colocada como um dos pilares do desenvolvimento de uma sociedade que busca além de igualdade e justiça social, distribuição igualitária de renda, respeito na comunidade internacional, sendo reconhecido como uma nação que prioriza a educação.

2 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

2.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Foram ressaltados por Nomeriano (2012), Moura (2012) e Davanço (2012) que na gestão de Fernando Henrique Cardoso aconteceram muitas medidas visando colocar em prática as orientações do Banco Mundial em relação ao ensino superior: universidades foram transformadas em organizações sociais, devido a criação de um núcleo de serviços federais não exclusivos do Estado. São elas: universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa e museus, para as quais uma parte do financiamento é público e a outra privada adquirida por contribuições ou vendas de serviços ao mercado. Trata-se das Ong's (Organização Não Governamental) Com autonomia gerencial, orçamentária e financeira, a fundação estatal é regida por regras do direito privado, não busca pelo lucro.

Segundo Vieira (2008), atualmente o ensino superior brasileiro tem duas características principais: a privatização, que acompanha a expansão para o interior do país, e a fragmentação institucional. Sendo o resultado do processo da aceleração do crescimento e privatização do ensino superior brasileiro, ocorrido principalmente na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Foi realizado um estudo pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais(INEP) com o objetivo analisar a ação da expansão do ensino superior no Brasil, fazendo uma comparação com a expansão do ensino público e privado no estado de São Paulo, entre os anos de 1995 a 2002. Pode-se verificar a partir da década de 1990, houve um crescimento expressivo como o número de IES e cursos, principalmente após 1998. Conforme o INEP, houve um crescimento de 83,11% no número de instituições de ensino superior no Brasil entre 1995 e 2002, conforme tabelas abaixo:

Tabela 1 – Número de Instituições segundo categoria da IES em, 1995 e 2002

Categoria	Brasil		São Paulo	
	1995	2002	1995	2002
Pública	210	195	45	42
Privada	684	1.142	267	408
Total	894	1.637	312	450

Fonte: MEC/NEP – Censo da Educação Superior – Sinopse Estatística 1995 a 2002

Tabela 2 – Número de Cursos segundo categoria da IES, em 1995 e 2002

Categoria	Brasil		São Paulo	
	1995	2002	1995	2002
Pública	2.782	5.252	360	553
Privada	3.470	9.147	1.312	2.872
Total	6.252	14.399	1.672	3.425

Fonte: MEC/NEP – Censo da Educação Superior – Sinopse Estatística 1995 a 2002

A Tabela 1 mostra que, enquanto o número de instituições públicas no país diminuiu em 7,14% de 210 para 195, entre 1995 e 2002, o setor privado mais que duplicou em número, passando de 684 para 1.442. As IES privadas, em 2002, são responsáveis por 88,10% do ensino superior no país, e o setor público equivale a 11,90%. Em São Paulo, diminuiu 6,67%, ou seja, de 45 para 42 do setor público, e no privado aumentou 52,81%, passando de 267 para 408.

Pode-se observar na Tabela 2 que em 2002 o Governo Fernando Henrique Cardoso encerrou com 163,60% a mais que em 1995, sendo 9.147 cursos no setor privado, e São Paulo também tem um aumento de 118,90%, ou seja, de 1.312 para 2.872. Percebe-se que além do crescimento do número de IES, também cresce simultaneamente o número de cursos dentro delas.

Conforme enfatizado por Michelotto (2006), Coelho (2006) e Zainko (2006) (publicados na revista Educar em Revista nº 28 p 179-198), nas últimas quatro décadas, houve duas fases bem expressivas em que a educação superior no Brasil passou. A primeira aconteceu justamente com o período militar, de 1964 a 1980 as matrículas feitas referentes ao ensino superior aumentaram praticamente dez vezes. O que não ocorreu no período de reimplantar uma nova democracia (1980-1995), o crescimento foi bastante simplório, um exemplo claro é que enquanto no ano de 1980 havia 882 instituições de ensino superior o ano de 1995 havia apenas 12 instituições que associaram ao sistema, tendo um desprezioso aumento de 1,36%.

A partir de 1995 foi que se deu a segunda fase de expansão do ensino superior, ocasionando uma importante explosão na última década, que se deve ao fato do aumento da rede privada que nos últimos anos essas instituições passaram por um processo de diversificação, vejamos como se deu esse processo (MINTO, 2006; SOARES, 2002; SOUZA, 2001).

No ano de 1981, no Brasil, existiam 65 universidades, apenas sete com mais de 20.000 alunos, dados baseados em Oliven (2002). Mas a grande e forte expansão Ensino Superior ocorreu na década de 1990, nos meados de 1995. A grande demanda pelas vagas no Ensino Superior e conseqüentemente a escassez dos recursos dos orçamentos do Poder Público para aumentar as vagas dessa rede de ensino ocasionaram essa grande expansão pelo ensino privado, pois muitas facilidades foram concedidas para o aumento da abertura de novos cursos, e conseqüentemente vários grupos privados demonstraram interesse nessas verbas públicas, o que marcou uma fase de comercialização no ensino (MINTO, 2006; SOARES, 2002; SOUZA, 2001).

Essa fase de grande oportunidade educacional no Ensino Superior acabou acarretando em uma descontrolada massificação no número de matrículas, confundindo-se com o que deveria ser uma popularização de oportunidade, e por causa disso ainda se paga um preço alto (SOUZA, 2001). Esse contexto estendeu praticamente por quase vinte anos, o que fez a situação melhorar foi a diminuição de pessoas adultas que só desejava meramente um diploma, e a permanência de alunos jovens, que acabaram de concluir o Ensino Médio, com disposição em conseguir ser realizados profissionalmente.

2.2 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

No Governo Lula aconteceu algumas contrarreformas no Ensino Superior, por meio de medidas provisórias e Decretos, conforme a Dr^a. Otranto (2006, p. 43):

A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou, oficialmente, o seu curso com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) [...] O documento é composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da reforma universitária. O texto inicia reconhecendo a situação de crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, mas atribui o problema à crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem [...].

O documento Uma Escola do Tamanho do Brasil do governo Lula, criado por Antônio Palocci Filho em 2002, prioriza a importância da ampliação da acessibilidade à Educação Superior para todos que dela necessitar, e incentiva que se torne uma universidade comprometida com a inclusão social. Mas para isso era preciso mudar o processo de

desordem acentuada que o ensino superior viveu nos anos 1990. O sistema universitário federal acabou sendo atingido com a diminuição de investimentos públicos e os vários cortes de orçamentos, acarretando o impedimento da sua expansão. Mas por outro lado, ocasionou um aumento muito rápido no ensino privado da educação superior, criou possibilidades de acesso a uma parcela maior da população. Em contrapartida, foram abertas instituições sem docentes devidamente qualificados e nem sequer infraestrutura mínima para manter o funcionamento, visando apenas ao ensino e não dando suporte para as atividades de extensão e produção de conhecimento.

Mesmo com o aumento de matrículas no Ensino Superior o Brasil fica muito atrás de países com nível de desenvolvimento semelhante, pois menos de 8% de jovens entre 20 a 24 estão matriculados. É por isso que o governo Lula adotou uma série de medidas no intuito de modificar essa realidade, na tentativa de expandir o ensino superior, principalmente o público. Um deles é o programa Expandir, que visa a criação de dez universidades federais (duas a partir do zero, duas pelo do desmembramento de universidades existentes e seis a partir de escolas e faculdades especializadas) e 43 campi universitários em diversas regiões. Também foi criado o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que obteve um crescimento de quase 60% de alunos matriculados. Esse plano foi criticado por parte da academia de universitários que temiam que, com o aumento de alunos, a qualidade do ensino fosse prejudicada (MICHELOTTO, 2006; COELHO, 2006; ZAINKO, 2006).

Para a melhoria da ampliação do acesso nas instituições privadas foi criado o Programa de Universidade para Todos (PROUNI), em 2005, para que fossem oferecidas bolsas aos alunos carentes. Mas ao ser analisado, de forma mais cautelosa, o PROUNI é questionado em relação a sua eficiência como política pública, pois ao invés de aumentar recursos para Universidades Públicas, acabou estimulando o acesso as Instituições Privadas. As Faculdades concedem esse benefício em troca dos incentivos fiscais, mas para que o estudante possa ter acesso, ele precisa ter estudado em escola pública e ser compatível com os critérios exigidos em relação a renda familiar. (MICHELOTTO, 2006; COELHO, 2006; ZAINKO, 2006).

2.3A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Em 16 de Agosto de 2011 foi criado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica, esse plano é composto de quatro novas universidades federais, são elas: uma no Pará, uma na Bahia e duas no Ceará, quarenta e sete

novos campi universitários e 208 novos Ifets, marcando uma nova etapa da Educação (SEIXAS, 2011). Segundo Dilma (2011), o governo tem a preocupação em conciliar oferta e vagas nas Universidades Privadas, por meio do ProUni (tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, criado pelo Governo Federal em 2004), para que alunos com baixa renda, possam ter a oportunidade de fazer parte dessa classe de universitários. E tem como meta que até o fim de 2014 o Brasil terá duas vezes e meia a mais o número de universidades.

Segundo a ministra Salvatti (2011), essa ação do governo prioriza a formação de jovem, garantindo uma perspectiva positiva perante o mercado de trabalho, e uma melhoria a qualidade de vida da família. Dilma Rousseff (2011) também aproveitou para apresentar o programa Ciência sem Fronteiras, que vai colocar 75 mil bolsas de estudo, com recursos federais em Universidades do Exterior. (FERREIRA, 2012).

Destacando que o momento que o Brasil, passa a exigir mais investimentos, sejam eles em infraestruturas, seja em formação dos jovens brasileiros. Portanto o governo Dilma, tem como base um novo ciclo da expansão de universidades, por meio de formatação de campus temáticos e multicampus (FERREIRA, 2012).

2.4 CRESCIMENTOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PERSPECTIVA ATÉ 2020

Segundo os dados fornecidos pelo MEC em 2009, o número de vagas oferecidas pelas Universidades Federais de 2003 a 2009, cresceram quase 60%. Isso se deve graças ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007 e no ano de 2010, o programa disponibilizou 22 bilhões para as Universidades Federais. Mas em meio a tantos crescimentos e facilidades, o Brasil ainda não conseguiu alcançar a meta estipulada pelo Plano Nacional da Educação (2001), em que, pelo menos, 30% dos jovens entre 18 e 24anos em 2010 fizessem parte do quadro estudantil de Ensino Superior. Hoje em dia para ter uma base, nem sequer 15% encontram se matriculados, outra meta que foi tramitada no Congresso é que a inclusão da mesma faixa etária alcance a 33% até 2020 (O GLOBO, 2013).

3 PERSPECTIVA DO ENSINO SUPERIOR E CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ao refletir no que contribui a pós-graduação para formar docentes, verifica-se que especialização é apenas uma pequena ponta do iceberg da problemática, vez que esta se torna ampla e complexa quando aprofunda-se o estudo, o que compõe assim como em uma tela a óleo diferentes matizes e vertentes para formar a obra em seu todo (VIERA, 2012).

3.1 FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA ATUAREM NOS CURSOS TECNÓLOGOS, GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO

O simples fato de que o Brasil em 2011 era, segundo o FMI e a CIA a 7ª maior economia mundial, vez que possui dimensões proporcionais às continentais, ou melhor, dizendo a extensão do território brasileiro é equivalente a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e segundo o IBGE em o Censo 2010 a população brasileira passar de 190 milhões. E por razão, de ser considerado um país de economia estável, grandes investidores internacionais procurando em momento de crise mundial levar seus capitais para uma economia de menor risco. Diante de tal realidade, as IES, buscam suprir a grande demanda que é fonte do crescimento econômico e profissional, diversificando-se de maneira a atender a necessidade crescente do mercado (STEINER, 2006).

É de senso comum, e também resultado de pesquisas, que a educação transforma a sociedade, tendo papel fundamental capaz de promover a formação e consequente valorização do indivíduo, tornando-o profissional capacitado a laborar nas mais diversas profissões, mas isso só se faz capaz pelo fato de haver profissionais dedicados ao aprender a cada dia, não se estagnando diante dos obstáculos, ampliando assim as licenciaturas e consequentemente com a formação continuada por meio das pós-graduações tanto de *lato sensu* quanto de *strito sensu*, buscando sempre mais e mais conhecimento; este conhecimento pode se dar nas instituições pública ou privada; e devido ao fato da busca incessante por tais cursos de profissionalização/especialização tornando este efetivos no quadros das IES.

Desde a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e posteriormente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), tem acontecido notáveis avanços em relação ao tema políticas públicas de educação, especialmente em se tratando da formação de profissionais da educação. Mesmo diante de tantos avanços, ainda assim encontra-se uma defasagem grande em relação à oferta e procura, ou seja, está longe de

atingir o quantitativo ideal, capaz de suprir as lacunas existentes por falta de profissionais capacitados. (SILVA, 2007)

Para diminuir ou sanar tal defasagem faz-se necessário que haja investimentos dos governantes, especialmente para as pesquisas educacionais, vez que a pesquisa é instrumento fundamental para a formação de educadores plenos. Nesse sentido o educador Silva (2007, p. 39) argumenta que:

O educador que se torna sujeito de fazer é aquele capaz de refletir e de realizar pesquisas e a ensinar a refletir a pesquisa. Assume o papel de sujeito da atividade educativa na medida em que coordena, orienta, intervém, articula, motiva e avalia – gere os processos de aprendizagem no âmbito na sala de aula. Não é superior ao educando, mas alguém que possui conhecimento diferenciado e aprofundado em determinada área e tem condição suficiente para estabelecer metas para o trabalho a ser desenvolvido.

Ou seja, para que o docente seja e sinta-se capaz de realizar plenamente o exercício de sua profissão, necessita este de considerar a si próprio sujeito de sua história tendo autonomia adquirida na sua formação a qual deve ser contínua e permanente, mas que para esta seja considerada de qualidade faz se necessário que a capacitação tenha sido proposta por meio de desafios projetando o futuro, e para que haja satisfação faz se necessário que tais desafios sejam superados utilizando dessa feita a pesquisa.

Estrategicamente, a proposta básica é utilizar da pesquisa e da prática didática de ensinar para formar os educadores bem como os gestores dos tempos atuais, significativamente nesse contexto, tornar a pesquisa acadêmica, como instrumento base e formador nas escolas superior de graduação e de cursos técnicos, partindo sempre da construção teórica, mas sem com isto descartar a prática adquirida, e com esse procedimento provocar no educador a necessidade de reflexão no trato processual que induz a formação dos docentes e a conseqüente valorização destes.

É muito importante que o docente compreenda o real significado da pesquisa bem como da prática, visto que a formação deste profissional no presente, fica estabelecido no curso dotado de licenciatura especializada e também na legislação educacional. Vislumbrando que na experiência trazido dos tempos passado, como sugestão básica procura destacar que é na pesquisa e na prática pedagógica que são encontrados os recursos didáticos para estes profissionais e que através destes realizam fundamentalmente o melhor e consciente desenvolvimento do pensamento cognitivo e a conseqüente fertilidade com o surgimento de mais e mais questionamentos (SILVA, 2008).

Mas, as maiores preocupações é com relação ao real conhecimento do profissional, estando a observação relacionada à construção deste; vez que é na identidade do docente, bem como o vislumbrar se este detém senso crítico-reflexivo capaz de convergirem de maneira diferenciada, na busca de ofertar referenciais teórico metodológico desenvolvido, apto a promover um aprendizado diferenciado possível de sobrepujar paradigmas considerados ultrapassados, sem esquecer de trazer nessa carga profissional modelos de ética profissional, visto que cada vez mais são cobrados da sociedade responsabilidade e ética bem como inovação quanto ao papel da escola moderna (SILVA, 2008).

Desta feita, a nível internacional, e visível o aumento substancial no critério de motivar o crescimento que vislumbra alinhar os docentes aos demais profissionais. Procedendo também análises nos quesitos de infraestrutura física do ambiente; o quantitativo salarial recebido pelo docente; as condições de trabalho; bem como a ausência de plano de carreira trazendo para este profissional, salário suficiente para proceder a transformação do magistério em profissão, que ao ser exercida traga para o profissional condições dignas, de crescimento satisfatório, em que o profissional do magistério a ao exercer a sua profissão tenha satisfação e realização profissional (SILVA, 2008).

Ainda contexto de formação profissional; o profissional do magistério deverá manter-se como fator principal a atenção e o foco para a formação continuada, vez que a educação não é estática, é visível e sensível que a revolução tecnológica, que tem por líder a informática bem como a telemática, e como todos os demais pontos da sociedade esta modifica e transforma-se, sendo que o docente ocupa lugar de destaque na formação dos novos profissionais (SILVA, 2008).

E, em consequência, de que o “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” os quais são quatro pilares estabelecidos pela educação, permite que sejam adaptadas novas experiências no cotidiano da educação, e por assim ser, o docente é elemento fundamental nesse processo, e para isso deverá este ser capaz de lidar, utilizar dessas tecnologias como aliadas, tornando a aula interessante e aproveitável do ponto de vista do educando, aceitando e estando disposto a ser questionado, sabendo que ao estar transmitindo conhecimento, está também adquirindo este, pois o docente dos tempos atuais, troca experiência e experimentos, aprende e aprende cotidianamente, tornando-se capaz de apaziguar as diferenças (SILVA, 2008).

Estudos realizados trazem a certeza de que um dos principais pontos que induzem ao fracasso escolar é a questão da baixa estima do educando, vez que o racismo esta permeado

em nosso cotidiano, especialmente pelo fato dos educandos por meio de seus pensamentos depreciativos marcados pela separação condicionadas no seio da sociedade por anos, ou décadas, e fator a ser observado com especial atenção, desde as séries iniciais até a graduação.

Veja que é comum verificar que o acadêmico dos cursos chamados de ponta: as medicina, as engenharias, etc. são para os membros das classes A e B, quantos aos cursos chamados de intermediários tais como: o magistério, enfermagem, etc. são para os membros das classes C e D, e isso ocorre na maioria dos casos, visto que os discentes dessas classes sociais quando estes conseguem realizar um curso superior é na grande maioria das vezes através de bolsas, tais como PROUNI, FIES, cursarem um curso de graduação, mas este será discriminado em momento oportuno (SILVA, 2008).

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC), é parte do Programa de Pós-Graduação da UNICAMP e sua principal objetivo é formar docente, realizando um estudo voltado a compreender o saber bem como a prática pela complexidade de cada grupo de profissional. A pesquisa é a fonte principal do eixo voltado à formação continuada do docente, bem como a orientação dos pós-graduandos, por meio de palestras, cursos, seminários e encontros, que visam socializar os trabalhos destes profissionais, e, a consequente produção de conhecimento e saber do professor. Sempre que há possibilidade, o GEPEC introduz em seus encontros que normalmente ocorrerem a cada dois anos as presenças de convidados internacionais (PEIXOTO, 2012).

Conforme determina na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Capítulo II Dos Direitos Sociais, artigo 6º, estabelece que:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

E essa mesma carta magna em seu artigo 215 determina:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Mas, se proceder um estudo referente ao início, à essência da sociedade, poderá ser facilmente constatado que a dinâmica estrutural da economia, da política e consequentemente da legislação, ocasionou a formação de ilhas separatistas, sendo umas compostas pelos abastados e outras de proletários. Aos proletários devido às condições míseras e que sobreviviam, tiveram que aprender com criatividade a exercitar para compor sua cultura, identidade, princípios e valores, visto que se não as preservasse, mesmo que de forma

precária, esta tenderia a desaparecer, já que os seus direitos sociais estavam sobrepujados, aos mandos dos chamados abastados. A classe abastada entendia que se estes proletários não soubessem que possuíam direitos, não colocariam em risco as divisões sociais existentes, assim sendo não seriam provocados a manifestarem, rebelarem em busca de direitos existentes no papel, mas não existentes na vida cotidiana (PEIXOTO, 2012).

3.2 A AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: CONCEPÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE

Com relação a regulação e avaliação da educação superior brasileira, pode se destacar que nas últimas décadas, ocorreram significativas mudanças, e estas contribuíram para traçar um perfil capaz de delinear um percurso que revele de forma avaliativa os avanços ou possíveis retrocessos consequências da políticas educacionais. Seguindo este raciocínio, as discussões têm focado, entre outros temas, a concepção de forma democrática à avaliação, ainda assim respeitando a identidade das IES, e também o que essa Instituição simboliza no cenário nacional mediante às políticas de expansão bem como ao acesso à educação superior (SOUZA, 2012).

Na concepção de Dupriez e Maroy (2000) a expressão regulação tem o condão de acolher diversas interpretações, podendo essas afluir para três amplos eixos temáticos.

O primeiro deles salienta algo próximo à *teoria de sistema* que é utilizada em distintas áreas das ciências, especialmente nas biológicas e sociológica. Partindo desse entendimento, a regulação é estendida como concorrente de recursos tais como *feedback* ao relacionar com o campo ora comprometido tais como: a) indagar as alterações; b) apontar as causas que ocasionam a heterodoxia em seu conteúdo; c) transferir aptidão com desígnio de conservar a constância dessa. Quando voltado para os sistemas sociais, a exemplo o educacional, essa concepção da movimentação regulatória tem recebido rigorosas avaliações de vários setores, especialmente dos que estão vinculados à educação superior (SOUZA, 2012).

O segundo eixo temático da regulação designado pelos doutrinadores como *institucional*, vez que encontra agregado ao domínio de conduta de determinada autoridade legalizada, e conseqüentemente genuína frente ao conjunto. Enfim esse tipo de regulação engloba um grupo de atuação, preceitos e encorajamento a ser executado por uma autoridade ratificada, ou seja, governantes eleitos ou mesmo cidadãos que ocupam cargos de poder de

decisão dentro de instituições, mantendo o intento de aconselhar as decisões e manter o diálogo com os membros que formam o grupo (SOUSA, 2012).

O terceiro eixo temático da regulação, relaciona-se diretamente com a arrumação ou mesmo com a estratégia das ações a serem seguidas. Dentro dessas estratégias, a regulação desdobra-se de conexões munidas de diversos modelos de comando e procedimentos nivelados, que adquirem vida no momento da inserção das normas, diretrizes, princípios, etc. (DUPRIEZ; MAROY, 2000).

O terceiro eixo temático da regulação correlaciona-se aos conceitos de Barroso (2005), sendo assim que pode ser analisado partindo dos muitos conceitos relacionados ao sentido da palavra regulação, tornando possível que o autor possa apresentar algumas composições almejando estabelecer as ações que regulem na área educacional, sendo elas:

- O processo de regulação compreende não só a produção de regras (norma, injunções, constrangimentos, etc) que orientam o funcionamento do sistema, mas também o (re)ajustamento da diversidade das ações dos atores em função dessas normas regras; [...]
- A regulação do sistema educativo não é um processo único, automático e previsível, mas sim um processo compósito que resulta mais da regulação das regulações, do que do controle direto da aplicação de uma regra sobre ação dos “regulados”;
- Embora no quadro do sistema público de ensino o Estado constitua uma fonte essencial de regulação, ele não é a única, nem por vez a mais decisiva [...]. (BARROSO. 2005, p.733-734).

3.3 UNIVERSIDADE E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MARCO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2011-2020

A política educacional para a Educação Superior no PNE procura proceder a ampliação pela pluralidade da oferta e ampliação de vagas e também pela diminuição dos artifícios visando facilitar o ingresso de estudantes das classes C e D nas instituições públicas. O plano faculta assim, também, financiamentos para fomentar o elo dos currículos dos cursos de graduação com a conveniência de favorecer o mundo das profissões e consolidação dos métodos que determinem e que deem um norte às facetas regulatórias e ao arbítrio da gestão (SOUSA, 2012).

O novo PNE que abrange o período de 2011 à 2020, aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei 8.035/2010, apraza que, ao anuir para o exercício das IES, o poder público deve asseverar a efetivação da demarcação da norma vigente e pela da análise executada do Estado, abonando o arquétipo diminuto de qualidade para a oferecimento deste. Entre as indagações em debates, uma que sobressai é sobre o corpo docente; indagação

relativa à formação destes profissionais, vez que é exigido dos profissionais em exercício efetivo de 1/3 de mestres e doutores, e destes deverá ser compostos de do mínimo 35% de doutores, e essa exigência está ligada de forma intrínseca com a manutenção da Instituição de Ensino Superior, e por sua vez na qualidade do serviço prestado por esta (SOUSA, 2012).

Para manter a meta estabelecida de atingir 10 milhões de matrículas na Educação Superior, como está prevista no PNE do decênio 2011 à 2020, o Brasil deverá contar com as IES do setor privado, sem estas não poderá atingir os objetivos ora propostos. Foi procurando atingir a essas metas que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no período em que se deu seus dois mandatos que dataram de 1995 à 1998 e 1999 à 2002, procedeu credenciamento de Instituições de Ensino Superior por todo o território nacional, observando muito pouco o quesito qualidade dos cursos ofertados por essas IES. Em uma iniciativa de buscar apenas cumprir metas, gerou um problema que é enfrentado pela sociedade, que recebe a formação inadequada dos estudantes bem como a formação de “semiprofissionais”, ocasionados pelas mínimas exigências de acesso dos chamados novos profissionais ao mercado de trabalho (SOUSA, 2012).

Como desafios do PNE, necessita neste momento proceder uma análise de três ângulos, mantendo a perspectiva de que estes ângulos são consideráveis para que seja realizado as metas propostas de 2011 à 2020, as quais são: expansão da educação superior, inclusão social na educação superior e a formação de professores para a educação básica.

3.3.1 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Devido a maleabilidade como característica que marca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que pode ser considerado fator principal a contribuir com a expansão e aprovação desta que tem data de 1996 a ser utilizada sistematicamente na Educação Superior. Para efeitos de estudo, o pesquisador deverá utilizar a data de 1996 que foi a aprovação e veio estender através dos tempos por meio do PNE 2001 à 2010. Agora serão apresentadas algumas tabelas que demonstram dados atingidos no decorrer dos períodos anteriores para atingir a perspectiva atual (PETROSSI; MENINO, 2012).

Quadro 1 – Trata da evolução das Instituições e matrículas presenciais e a distância:

Ano	1996	2001	2010
Instituições Matrículas	922	1.391	2.377
	1.868.529	3.036.113	6.379.299

Fonte: INEP/MEC, 2011.

No quadro anterior, verifica-se que no primeiro período ocorreu um aumento de matrículas considerável de 240%. Sendo que no decorrer do período 2001 à 2010 o aumento foi de 110%. Ou seja, no momento final da década de 1990 o avolumamento foi mais excessivo, já que no momento posterior houve um refreamento. De acordo com Ristoff e Giolo (2006) no período de 1996 à 2004 os índices de crescimento das instituições e das matrículas foram da disposição de 120% em cada um deles.

Tabela 3 – Trata da expansão de matrículas por região período 2001-2010:

Matrículas - Cursos Presenciais				
	2001	%	2010	%
Brasil	3.030.754	100	5.449.120	100
Norte	141.891	4,7	352.358	6,5
Nordeste	460.315	15,2	1.052.161	19,3
Sudeste	1.566.610	51,7	2.656.231	48,7
Sul	601.588	19,8	893.130	16,4
Centro Oeste	260.349	8,6	492.240	9,1

Fonte: INEP/MEC, 2011.

Conforme dados apresentados, a expansão ocorreu de forma mais abrangente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Houve no entanto, algumas peculiaridades notáveis no decurso do tempo. Ou seja, a medida que as matrículas aumentaram nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, de modo mais significativa, nas regiões Sudeste e Sul ocorreu justamente o contrário, ou seja, houve um decréscimo. Mas ocorreu ainda outro dado que é importante para proceder um estudo sério da expansão da educação superior, a taxa de matrícula, que poderá ser analisada na Tabela 4 (PEIXOTO, 2012).

Tabela 4 – Taxa líquida, por região.

Taxa de Frequência Líquida no Ensino Superior (18 a 24 anos)			
	1996	2001	2010
Brasil	5,8	8,9	14,4
Norte	3,4	5,2	11,0
Nordeste	3,1	5,0	9,2
Sudeste	7,3	10,9	16,8
Sul	7,7	12,6	19,2
Centro Oeste	6,5	9,7	17,9

Fonte: IPEA – Políticas Sociais, 2011.

Após analisar esses dados comparativos, verifica-se no índice constante, que o crescimento da Educação Superior no Brasil, tem sido deveras lento, se o mesmo for comparado com dados de crescimento da Educação Superior em outros países. A análise é relativa aos países desenvolvidos, como a exemplo à América Latina. Assim ocorreu na região Norte um aumento acentuado atingindo 2,24% no período, e relação ao Brasil que teve um aumento de uma vez e meia. Verifica-se também que as regiões Nordeste e Centro Oeste obtiveram crescimento considerável, embora inferior ao atingido pela região Norte, vez que as regiões Sul e Sudeste o crescimento obtido foi similar a taxa proporcional do País (PEIXOTO, 2012).

Deve ainda ser considerada a classe administrativa das instituições, vez que as evoluções dos setores públicos difere da evolução dos setores privados, conforme pode ser verificado na Tabela 5.

Tabela 5 – Expansão de instituições e matrículas por categorias administrativa.

Categoria Administrativa					
		Pública		Privada	
Instituições	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2001	183	67	63	53	1.208
2010	278	99	108	71	2.099
Matrículas					
2001	944.584	504.797	360.537	79.250	2.091.529
2010	1.43.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001

Fonte: INEP/MEC, 2011.

Os dados, apresentados pela tabela 4, expõem que o crescimento total das matrículas que ocorreram de forma proeminente, nas mais variadas classes administrativas, e assim, a ação concernente de cada uma das IES se fez de maneira distinta. Vez que a expansão de forma total no espaço temporal estudado foi de 126% no setor privado e de 31% no setor público, e dessa feita analisando os percentuais apresentados compreende que as instituições de administração pública teve durante o decênio estudado um decréscimo acentuado (PEIXOTO, 2012).

Para alcançar os números projetados para 2020, de dez milhões de matrículas no ensino superior, deverão ser mantidos um certo equilíbrio, visando balancear as metas e os

recursos financeiros. Caso não haja uma política séria, com investimentos nas áreas bem como determina a elaboração do PNE 2011-2020, vez que é absolutamente necessário certificar não apenas a expansão das Instituições de Educação Superior geridas pela administração pública, mas também assegurar a ascensão das IES do setor privado, garantindo dessa feita mais estabilidade e qualidade da educação superior ofertada pelas Instituições de Ensino (PEIXOTO, 2012).

3.3.2 INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Com a intensão de promover a inclusão na educação superior ampliou-se dessa feita a oferta de vagas nas IES no período noturno, visando assim atender aos estudantes trabalhadores, partindo do princípio que no sistema público de educação superior federal a presença de estudantes era menor e concentrava-se em sua maioria nas licenciaturas. Na tabela a seguir será demonstrado o avanço anual da oferta de vagas na rede federal de educação superior, no período que compreende 2006 à 2010.

Quadro 2 – Expansão Federal de Vagas Noturnas.

Ano	Vagas Noturnas
2006	30.691
2007	34.549
2008	37.793
2009	55.553
2010	61.692
Expansão 2010/2006	102%

fonte: Andifes , 2011.

Verifica-se que, no período analisado, o crescimento das vagas noturnas foi acrescido de forma notável, tendo como referencial meramente o período de 2008 a 2010, inerente a implantação do Programa Reuni, que estabeleceu a obrigatoriedade de manter a oferta de 30% das novas vagas obrigatoriamente ser no período noturno, percebe-se que grande parte do aumento ocorrido é devido a esse programa, que corresponde a 63% do total (PEIXOTO, 2012).

É importante destacar que tais expansões ocorreram por conta de esforço conjunto entre a instituição, o governo federal e a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições

de Ensino Superior (Andifes), bem como do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pelo Decreto 7.234 de 2010. O PNAES objetiva democratizar as condições de permanência, bem como diminuir a níveis mínimos os efeitos das diferenças sociais e regionais na permanência e conclusão, visando reduzir ao máximo as taxas de retenção bem como a evasão; buscando assim contribuir para que haja a inclusão social; esta política visa concorrer principalmente para aqueles estudantes que cursaram a educação básica em escola públicas e conta com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio.

Os recursos destinados aos programas de inclusão ao Ensino Superior, e dependente das dotações orçamentárias do MEC e das IFES, ou seja, a quantidade dos estudantes a serem beneficiados deverá ser estabelecida pelas IFES. Já no setor privado, a ação do ProUni veio a promover uma oportunidade a mais para aqueles que não possuem condições financeiras capar de assumir com as mensalidades, e não conseguiram pontuar para estudar em uma instituição pública. Na sequência a tabela demonstrará a evolução ocasionada pela oferta das bolsas no do ProUni no período que compreende 2005 a 2009 (PEIXOTO, 2012).

Tabela 6 –ProUni, matrículas e bolsas ocupadas.

Ano	Matrículas	Bolsas Ocupadas	Bolsas Ocupadas/Matrículas	Bolsas Ocupadas/Ofertadas
2005	3.260.967	95.608	2,8	85%
2006	3.467.342	109.018	3,1	79%
2007	3.639.413	105.570	2,9	64%
2008	3.806.413	124.607	3,3	55%
2009	3.764.728	161.354	4,3	65%

fonte: INEP/MEC 2011.

Ao observar a tabela acima, verifica-se o pequeno volume de bolsas ocupadas, se comparar ao número total de matriculadas IES que participam do programa. De acordo com Carvalho (2011), ao relacionar o número de alunos matriculados e as bolsas colocadas a disposição é ínfima, não atingiu a marca de 7% em 2009. Como se o fato em si da oferta ser mínima, a tabela acima demonstra que as bolsas ofertadas e as ocupadas tiveram um efeito decrescente, e essa disposição só se alterou em 2009, mas em um percentual considerado ainda baixo (PEIXOTO, 2012).

A tabela 7 demonstra a distribuição das bolsas de acordo com os vários destinatários, observando o que define a Lei.

Tabela 7 –ProUni, distribuição das bolsas período 2005 à 2011.

Total até 1º /2011		863.771	
Integrais	67%	Branços	48%
Presenciais	89%	Pardos	35%
Noturno	74%	Pretos	13%
IES Lucrativa	49%	Amarelos	2%
IES não Lucrativa	51%	Indígenas	0,2%
Mulheres	51%	Professores	1%
Portadores de Necessidades especiais	1%		

Fonte: MEC/Sis ProUni, 2011.

Com o valor ligado ao da bolsa de iniciação científica, os estudantes do ProUni, poderão receber ainda a chamada bolsa permanência, que foi estabelecida no ano seguinte ao da criação do programa; e é mantida pelo governo federal, e objetiva garantir condições para que os estudantes inscritos no programa possam ter um melhor desempenho no seu curso. Devido ao fato de ser pequena a monta que as bolsas representam no volume das matrículas das instituições que aderiram ao programa, como pôde ser verificado em momento anterior, fica mais complexa sua atuação como ferramenta capaz de promover a democratização do acesso à educação superior. Segundo Carvalho (2011, p. 19), não obstante,

[...] o programa assumiu forte cunho de ação afirmativa, uma vez que levou em conta fatores como renda a categoria administrativa da escolaridade prévia, a cor/raça e a deficiência para a seleção de bolsistas, ademais de contemplar professores em exercício na educação básica em cursos vinculados à carreira docente. A iniciativa mudou a lógica de priorizar apenas a oferta via mercado, na medida em que promoveu o acesso das camadas mais pobres, sem contrapartida ou contraprestação de serviços.

Faz-se necessário acreditar, também, na concepção de evidenciar as interrogações associadas às políticas de inclusão na educação superior, as várias modalidades de atividades assertiva que vem sendo desenvolvida pelas IES no Brasil. A tabela seguinte torna compreensível, através dos dados coletados por Daflon, Feres e Campos (2011), cuja particularidades dessas atividades vem sendo executadas por 70 das 98 instituições públicas do País.

Tabela 8 – Modalidade de ações afirmativas vigentes em instituições públicas.

Modalidade	Número de Instituições	Percentual
Cotas	38	50,0
Bônus	7	10,0
Acréscimo de Vagas	3	4,3
Cotas e Bônus	5	7,1
Cotas e Acréscimo de Vagas	19	27,1
Bônus e Acréscimo de Vagas	1	1,4
Total	70	100,0

fonte: Daflon, Feres e Campos, 2011.

A próxima tabela, trata da disposição das atividades assertivas nas universidades federais estaduais, por região geográfica, que será demonstrada na tabela 9.

Tabela 9 – Atividades assertivas nas universidades federais e estaduais, por região.

Região	Total de Universidades	Universidades com Atividades Assertivas	Percentual
Norte	14	5	35,7
Nordeste	27	22	81,5
Sudeste	28	23	82,1
Sul	20	13	65,0
Centro Oeste	7	7	100,0

fonte: Daflon, Feres e Campos, 2011.

De acordo com os dados, ora demonstrados, conclui-se que nas regiões Norte e Sul, a aplicação da atividade acima é de forma mais limitada, mas de maneira mais agressiva na região Norte. Na Região Centro Oeste, as atividades está presente em todas as IES Estaduais e Federais, Já nas regiões Nordeste e Sudeste, aparecem de forma robusta, mas ainda não é de forma total, e dessa feita a inclusão social através da educação superior, fica incapacitada de atingir os objetivos ideais para o qual foi implementado (PEIXOTO, 2011).

O PNE 2011 – 2020 vislumbra a possibilidade de temas variados com relação à educação superior. Entre essas possibilidades pode se destacar a ampliação das instituições de administração pública, sem com isso deixar de lado o ponto que afere a qualidade do serviço prestado, verificando ainda a formação bem como a qualificação dos docentes, contudo para isso ocorrer de forma adequada, a educação superior deve manter os desafios de inovar-se a cada dia, transformando e buscando dessa maneira transformar a realidade local, região por

região pensando no nacional. Sem, contudo abandonar a necessidade de apoiar a pesquisa e a tecnologia, que consigo promove a competitividade bem como a economia na formação de profissionais mais qualificados. E finalmente, atentar pela integração efetiva entre o Programa Nacional de Educação-PNE e Programa Nacional de Pós Graduação-PNPG, para definir políticas, e ter esclarecimento de que os planos elaborados estão trazendo as respostas necessárias para a globalização. Nesse entendimento, Goergen (2010, p. 902-903), que verifica como grande estímulo indicado pela internacionalização e a sociedade pelo saber (PEIXOTO, 2011):

[...] conseguir forjar um modelo de educação superior capaz de inovar, de transformar-se e participar tanto da transformação da realidade local e nacional, quanto de conectar-se as tendências internacionais de mundialização nos campos da pesquisa, tecnologia e formação profissional. (GOERGEN, 2010 pp. 902, 903).

CONCLUSÃO

Diante de todo o histórico que é analisado entre os governos FHC até o da Dilma Rousseff, pode-se perceber um grande avanço nesse contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil, pois vêm exigindo que as universidades comecem a aderir a novas capacidades, sendo elas de transformar o conhecimento em valor econômico e social, preocupando-se com a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

Vale ressaltar que o Brasil teve duas fases bem expressivas na educação superior, a primeira aconteceu no período militar, de 1964 a 1980, já a segunda fase dessa expansão do ensino superior, ocorreu a partir de 1990, no Governo FHC, pelo aumento da rede privada, afinal muitas facilidades foram concedidas para o aumento de cursos novos.

A partir do Governo Lula, ocorreu algumas contrarreformas, mas sempre visando à importância da ampliação da acessibilidade à Educação Superior para todos que dela necessitarem, e incentivando que se torne uma universidade comprometida com a inclusão social, objetivo expresso no documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil” criado em 2002. Mesmo com tantos incentivos para a entrada no meio Universitário, entre eles ProUni, REUNI, o Brasil ainda está aquém do que é esperado, pois menos de 8% de jovens entre 20 a 24 estão matriculados.

No Governo da Dilma Rousseff, reafirmam-se as proposições do governo Lula, mas também ela vem enfatizando inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional entre outros.

Apesar de tantos planos e documentos visando uma melhoria e crescimento perante a expansão do Ensino Superior, o MEC realizou uma pesquisa que pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos em 2010 fizessem parte do quadro estudantil de ensino superior, mas hoje em dia para ter uma base, nem sequer 15% encontram se matriculados, outra meta que foi tramitada no Congresso é que a inclusão da mesma faixa etária alcance a 33% até 2020.

É possível concluir, que o Plano Nacional de Educação do decênio 2011 – 2020 vislumbrara com um agrupamento de grandes temas com relação à Educação Superior. Pode ser facilmente destacado entre os temas a necessária expansão do setor público, a qualidade do sistema educacional, bem como a formação e a qualificação do docente, mas

para isso acontecer de forma satisfatória deverá ainda ser observado a questão da qualidade e o consequente fluxo desde a Educação Básica, e para isso ocorrer deverá os entes federados manter a atenção e a sua colaboração (PEIXOTO, 2012).

Veza que a Educação Superior nos dias atuais recebe provocações para que invista, na inovação que é a busca através da participação a transformação da realidade da sociedade local, mas sem esquecer-se do global. Até pelo fato de que a globalização se dá por meio do conhecimento, que em si demanda competitividade em pesquisa e tecnologia, e consequentemente aumenta a economia e promove a formação de profissionais qualificados (PEIXOTO, 2012).

E finalmente, faz se necessário manter-se atento para provocar o processamento da integração igualitária entre o PNE e PNPG para definir com clareza as políticas educacionais, e para processar de forma conceitual quanto a elaboração e de como devem consistir os planos na Educação Superior, estando atento as respostas às necessidades da sociedade, provocando uma relação entre a graduação e a pós-graduação devido ao fato de que essa observação é fundamental diante aos desafios da sociedade do conhecimento. Nesse sentido, observa Goergen (2010, p. 902-903):

[...] conseguir forjar um modelo de educação superior capaz de inovar; de transformar-se e participar tanto da transformação da realidade local e nacional, quanto conectar-se às tendências internacionais de mundialização nos campos da pesquisa, tecnologia e formação profissional.

Ou seja, esse é o mais importante e mais precioso papel que deverá ser provocado, desempenhado e consequentemente alcançado pelos Planos Nacional de Educação e também de Pós-Graduação, mas isso deverá ser observado por toda a Educação Superior Brasileira (PEIXOTO, 2012).

REFERÊNCIAS

ALVES, Geralda e PASCUETO, Cinthia. 200 anos de ensino superior. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/200-ano-de-ensino-superior>>

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Editora CEDES Revista **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial-out. 2005b.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. Acesso, Equidade e Permanência no Ensino Superior: Desafios para o Processo de Democratização da Educação no Brasil, 2010.

Disponível em

<http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Giovana_e_Heloisa.pdf> Acesso em 12 de Set. 2013, 16:26:12.

CATANI, A. M. et al. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? Curitiba, Educar em Revista, n. 28, jul./dez. 2006.

CUNHA, Célio. **Universidade e Educação Básica** Políticas e Articulações Possíveis, Liber Editora, Brasília-DF., 2012.

DAFLON, Verônica, FERES, Jr., João e CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011, Curitiba-PR.

DOS SANTOS, Adilson Pereira e CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: Trajetória Histórica e Políticas Recentes, disponível

em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em 29 julho 2013, 14:52.

DUPRIEZ, Vicent; MAROY, Chistin. La regulation les systèmes scolaires. **Revue Française de Pédagogie**, v. 130, n. 1, p 73-87, janvier-février-marc.2000. Disponível em <<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfp>. Acesso em 14 de setembro de 2012.

FRANCO, Édson. Em busca da identidade no ensino superior particular: uma experiência pessoal. Brasília: ABMES, 2004.

GOERGEN, Pedro. Educação Superior na Perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação. Editora CEDES, Revista **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 112, Julho/Setembro – 2010.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19077

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo de educação superior. Brasília: INEP, 2009. Disponível

em:<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09_01.htm>. Acesso em: 24 jul.2009.

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 1995 e 2002. Brasília: MEC/INEP, 2002.

MASSALLI, Fábio. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-09-17/educacao-distancia-cresce-mais-que-presencial>

MICHELOTTO, R.M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. S. A política de Expansão da Educação Superior e a proposta de Reforma Universitária do Governo Lula. Educar em Revista nº28, Curitiba, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>> Acesso em 13 de Ago. 2013, 13:16:25.

MINTO, L. W. Panorama do ensino superior brasileiro nos anos de 1990. In: _____. As reformas do ensino superior no Brasil – o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006a.p. 139-211.

NOMERIANO, Aline Soares; MOURA, Severina Mártir Lessa de. ; DAVANÇO, Sandra Regina. Expansão do Ensino Superior no Governo Lula da Silva: ProUni, Reuni e Interiorização das IEFES, 2012. Disponível em http://www.educonufs.com.br/cdvicoloqui/eixo_13/PDF.pdf > Acesso em 14 de Ago. 2013, 15:00:10.

O GLOBO. Rio de Janeiro, dez. 2010. Disponível em<<http://oglobo.globo.com/educacao/durante-governo-lula-expansao-do-acesso-ao-ensino-superior-se-deu-com-apoio-das-particulares-2905475>> Acesso em 16 de Ago. 2013, 18:00:05.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002.

OTRANTO, Célia Regina. Reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Orgs.) Reforma universitária: dimensões e perspectivas. São Paulo: Alínea, 2006.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. **A Universidade e Educação Básica** Políticas e Articulações Possíveis. PNE 2011-2020: Desafios Para a Educação Superior, Liber Livro Editora, Brasília-DF. 2012.

RISTOFF, Dilvo e GIOLO, Jaime – Introdução, In: _____. Educação Superior Brasileira: 1991-2004. Brasília, INEP 2006, 9. 13-20.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro 1808-1990, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>.

SILVA, I. M. (2007) Avaliação, reflexão e pesquisa na formação inicial de professores/as. In: NARDI, R.G; LOPES, M.C.R; HANSEN, J.H. (Orgs.) Identidade docente: uma construção entre saberes e práticas.

SOARES, M. S. A. Os principais atores da educação superior no Brasil In: _____. (Org.). A educação superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002. p. 154 172.

SOUSA, José Viera. **A Universidade e Educação Básica** Políticas e Articulações Possíveis. Liber Livro Editora Ltda. Brasília-DF, 2012.

SOUZA, P. N. P. História sumária do ensino superior brasileiro. In: _____. LDB e educação superior: estrutura e funcionamento. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001. p. 7-18.

SOUZA, Paulo Nathanael P. Pioneira Ciências Sociais. Disponível em <<http://universidades.universia.com.br/universidades-brasil/historia-ensino-superior/>>

STEINER, João E. Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp772/pag03.htm-data de acesso 11 de agosto de 2013.

VADE MECUM Saraiva 2013, 15ª Edição atualizada e ampliada 2013, Editora Saraiva, São Paulo SP. .

VIEIRA, Dinah Fernanda Aparecida Amorim. O Ensino Superior no Governo Fernando Henrique Cardoso: O caso do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC0926_01_A.pdf> Acesso em 14 de Ago. 2013, 16:25:15.

VIERA, Sofia Lerche. **Universidade e Educação Básica Políticas e Articulações Possíveis**, LIBER Editora, Brasília-DF, 2012.